

Sanções Econômicas como Punição Coletiva: O Caso da Venezuela

Por Mark Weisbrot e Jeffrey Sachs*

Maio de 2019

Center for Economic and Policy Research
1611 Connecticut Ave. NW
Suite 400
Washington, DC 20009

tel: 202-293-5380
fax: 202-588-1356
www.cepr.net

Índice

Sumário Executivo.....	1
Introdução.....	6
As sanções de agosto de 2017.....	7
Sanções em 2019.....	10
O impacto das sanções na saúde e vida humanas.....	14
A ilegalidade e a intencionalidade das sanções econômicas unilaterais.....	17
Depressão, hiperinflação e sanções: bloqueando a recuperação econômica.....	19
Referências.....	22

Agradecimentos

Os autores agradecem Francisco Rodríguez por sua pesquisa e dados; Rodríguez e Alex Main pelos comentários úteis; Jake Johnston, Kevin Cashman, Joe Sammut, Colin Brineman, e Cavan Kharrazian pelo apoio com a pesquisa; Rebecca Watts pelo apoio editorial; e Aline Piva pela tradução.

Sumário Executivo

Este documento analisa alguns dos impactos mais importantes das sanções econômicas impostas à Venezuela pelo governo dos Estados Unidos desde agosto de 2017. Ele conclui que a maior parte do impacto dessas sanções não recaiu sobre o governo, mas sim sobre a população civil.

As sanções reduziram a ingestão calórica das pessoas, aumentaram as doenças e a mortalidade (tanto para adultos quanto para crianças) e deslocaram milhões de venezuelanos, que fugiram do país como resultado do agravamento da depressão econômica e da hiperinflação. As sanções exacerbaram a crise econômica na Venezuela e tornaram quase impossível estabilizar a economia, contribuindo ainda mais para as mortes adicionais. Todos esses impactos prejudicaram desproporcionalmente os venezuelanos mais pobres e vulneráveis.

Ainda mais severas e destrutivas do que as amplas sanções econômicas de agosto de 2017 foram as sanções impostas por ordem executiva em 28 de janeiro de 2019 e pelas subsequentes ordens executivas neste ano, e o reconhecimento de um governo paralelo, que como mostrado abaixo, criou um novo conjunto de sanções financeiras e comerciais que são ainda mais restritivas do que as próprias ordens executivas.

Concluimos que as sanções infligiram, e infligem cada vez mais, danos muito sérios à vida e à saúde humanas, incluindo uma estimativa de mais de 40.000 mortes entre 2017 e 2018; e que essas sanções se encaixariam na definição de punição coletiva da população civil, conforme descrito nas convenções internacionais de Genebra e Haia, das quais os EUA são signatários. Elas também são ilegais sob as leis e tratados internacionais assinados pelos EUA, e parecem violar a legislação dos EUA.

As sanções de agosto de 2017

As sanções de agosto de 2017 proibiram o governo venezuelano de contrair empréstimos nos mercados financeiros dos EUA. Isso impediu que o governo reestruturasse sua dívida externa, uma vez que qualquer reestruturação da dívida requer a emissão de novos títulos em troca da dívida existente. Assim, essas sanções impediram a economia de se recuperar de uma profunda recessão que já havia afetado amplamente a população, a qual, junto com a economia, era mais vulnerável à essas sanções e às que se seguiram, em decorrência da crise econômica. O PIB real já havia declinado em cerca de 24,7% entre 2013 e 2016, e a inflação dos preços ao consumidor, de janeiro a agosto de 2017, estava provavelmente em algum ponto entre 758% e 1.350% a uma taxa anual.

É importante enfatizar que quase toda a moeda estrangeira necessária para importar medicamentos, alimentos, equipamentos médicos, peças sobressalentes e equipamentos necessários para a geração de eletricidade, sistemas de água ou transporte é recebida pela economia venezuelana através da receita do governo proveniente da exportação de petróleo. Assim, quaisquer sanções que reduzam as receitas de exportação e, portanto, as receitas do governo, reduzem as importações desses bens essenciais e, em muitos casos, de produtos que salvam vidas.

As sanções de agosto de 2017 impactaram negativamente a produção de petróleo na Venezuela. Mas após a ordem executiva de agosto de 2017, a produção de petróleo colapsou, caindo a mais de três vezes a taxa dos vinte meses anteriores. Isso seria esperado com a perda de crédito e, portanto, da capacidade de cobrir a manutenção e as operações e de realizar novos investimentos necessários para manter os níveis de produção. Essa aceleração na taxa de declínio da produção de petróleo implicaria uma perda de US\$ 6 bilhões na receita petrolífera do ano seguinte.

Isso por si só é uma enorme perda de divisas, em relação à necessidade do país de importação de bens essenciais. As importações de alimentos e remédios para 2018 foram de apenas US\$ 2,6 bilhões. As importações totais de bens para 2018 foram de cerca de US\$ 10 bilhões.

A perda de tantos bilhões de dólares de divisas e receitas do governo foi muito provavelmente o principal choque que empurrou a economia de sua inflação alta, quando as sanções de agosto de 2017 foram implementadas, para a hiperinflação que se seguiu.

Outras decisões executivas tomadas pela administração Trump resultaram no fechamento de contas venezuelanas em instituições financeiras, perda de acesso ao crédito e outras restrições financeiras que tiveram graves impactos negativos sobre a produção de petróleo, bem como sobre a economia, conforme detalhado neste documento.

Sanções em 2019

O impacto mais imediato das sanções de janeiro foi cortar a Venezuela de seu maior mercado de petróleo, os Estados Unidos, que haviam comprado 35,6% das exportações de petróleo da Venezuela em 2018, ou cerca de 586 mil barris, em média, por dia. Na semana de 15 de março, as importações americanas de petróleo venezuelano caíram a zero pela primeira vez, e permaneceram em zero por mais duas semanas antes de se recuperarem para uma fração da média de 2018.

A administração Trump também interveio para pressionar outros países, incluindo a Índia, a não comprar o petróleo que antes era importado pelos EUA. Por exemplo, em 28 de março, a Reuters reportou que “os Estados Unidos instruíram casas de comércio de petróleo e refinarias em todo o mundo a cortar ainda mais as negociações com a Venezuela ou enfrentar sanções, mesmo se as negociações não forem proibidas pelas sanções publicadas pelos EUA...”

Essas ameaças são eficazes porque o governo dos EUA pode sancionar instituições financeiras estrangeiras que não cumpram com suas exigências.

Como resultado desses e de outros esforços, a produção de petróleo da Venezuela diminuiu em 130.000 barris por dia, de janeiro a fevereiro. Nos seis meses anteriores, estava diminuindo em uma média de 20.500 barris por dia. Então, em março, caíram mais 289.000 barris por dia, totalizando 431.000 barris por dia. Uma queda economicamente devastadora de 36,4% na produção de petróleo desde as sanções de janeiro.

Essa queda, se mantida pelo próximo ano, cortaria outros US\$ 6,8 bilhões da receita venezuelana de divisas disponíveis. Isso representa cerca de 21% das receitas de exportação de 2018. No entanto, projeta-se que as receitas de exportação de petróleo em 2019 caiam a um nível catastrófico e sem precedentes de 67,2% em relação a 2018, como resultado do impacto do endurecimento das sanções. As sanções de janeiro também congelaram muitos bilhões de dólares de ativos venezuelanos que poderiam ter sido vendidos para manter importações essenciais e que salvam vidas, ou para estabilizar a economia. Isso inclui a maior parte das reservas do governo de US\$ 9 bilhões em ouro; créditos comerciais no valor estimado de US\$ 3,4 bilhões; e a CITGO, com patrimônio líquido estimado de US\$ 5,2 bilhões.

Depois das sanções de janeiro e do reconhecimento de Guaidó como “presidente interino”, — o que o fez, segundo o governo Trump e outros governos que reconheceram o governo paralelo, o proprietário legal de quaisquer fundos transferidos ou bens comprados pelo governo venezuelano —, o acesso da Venezuela a bancos correspondentes para transações internacionais foi praticamente eliminado. Isso incluiu o acesso a créditos necessários para importações de remédios, alimentos e outros bens essenciais.

As sanções também contribuíram substancialmente para a duração e o dano econômico das quedas de energia, incluindo as severas crises de eletricidade em março.

Por exemplo, as sanções limitaram o acesso da Venezuela ao diesel, que é necessário para seus geradores térmicos de reserva. Além disso, o setor elétrico da Venezuela conta com equipamentos

providos por fornecedores internacionais, como a General Electric. As sanções impediram o governo venezuelano de pagar essas empresas, aumentando assim a dependência na geração de energia hidrelétrica.

O impacto das sanções na vida e saúde humanas

Um dos resultados das sanções, conforme descrito acima, é privar a economia venezuelana de muitos bilhões de dólares em divisas externas necessárias para o pagamento de importações essenciais e que salvam vidas. As sanções implementadas em 2019, incluindo o reconhecimento de um governo paralelo, aceleraram essa privação e também cortaram a Venezuela da maior parte do sistema de pagamentos internacionais, acabando com grande parte do acesso do país a essas importações essenciais, incluindo remédios e alimentos - mesmo aqueles que poderiam ser normalmente comprados com os dólares disponíveis. Não há dúvida de que todas essas sanções, desde agosto de 2017, tiveram graves impactos na vida e na saúde humanas.

Segundo a Pesquisa Nacional sobre Condições de Vida (ENCOVI, na sigla em espanhol), uma pesquisa anual sobre as condições de vida conduzida por três universidades venezuelanas, houve um aumento de 31% na mortalidade geral de 2017 a 2018. Isso implicaria um aumento de mais de 40.000 mortes.

Estima-se que mais de 300.000 pessoas estejam em risco devido à falta de acesso a medicamentos ou tratamento. Isso inclui cerca de 80.000 pessoas com HIV que não receberam tratamento anti-retroviral desde 2017, 16.000 pessoas que precisam de diálise, 16.000 pessoas com câncer e 4 milhões com diabetes e hipertensão (muitas das quais não podem obter insulina ou medicamentos cardiovasculares).

Esses números, por si só, praticamente garantem que as sanções atuais, que são muito mais severas do que as implementadas no ano anterior, sejam uma sentença de morte para dezenas de milhares de venezuelanos. Isso é especialmente verdadeiro se a queda projetada de 67% na receita petroleira se materializar em 2019.

O colapso econômico acelerado que as sanções atuais instauraram garante ainda mais impactos na saúde, e mortes prematuras. Por exemplo, o crescente colapso da receita de exportação — e, portanto, das importações — também criou enormes problemas de saúde pública nas áreas de água e saneamento. A crise da eletricidade também afetou hospitais e serviços de saúde.

As importações de alimentos caíram acentuadamente, juntamente com as importações totais; em 2018, as importações foram estimados em apenas US\$ 2,46 bilhões, em comparação com US\$ 11,2 bilhões em 2013. E pode ser esperado que caíam ainda mais em 2019, juntamente com as importações em geral, contribuindo para a desnutrição e raquitismo.

A ONU considera que os grupos mais vulneráveis à crise acelerada inclui crianças e adolescentes (incluindo muitos que não podem mais frequentar a escola); pessoas em situação de pobreza ou extrema pobreza; mulheres grávidas e lactantes; idosos; povos indígenas; pessoas com necessidade de proteção; mulheres e adolescentes em risco; pessoas com deficiências; e pessoas que se identificam como lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros ou intersexuais.

Illegalidade das sanções

As sanções unilaterais impostas pela administração Trump são ilegais nos termos da Carta da Organização dos Estados Americanos (OEA), especialmente os artigos 19 e 20 do Capítulo IV. Também são ilegais sob a legislação internacional de direitos humanos, bem como por tratados assinados pelos Estados Unidos.

As sanções também violam a legislação dos EUA. Cada ordem executiva desde março de 2015 declara que os Estados Unidos estão sofrendo de uma “emergência nacional” devido à situação na Venezuela. Isto é exigido pela lei dos EUA, a fim de impor tais sanções, e a emergência nacional é invocada sob a Lei de Emergências Nacionais de 1976. Esta é a mesma lei que o presidente Trump invocou em fevereiro de 2019 ao declarar uma emergência nacional para contornar a apropriação do Congresso por fundos para construir um muro ao longo da fronteira com o México.

A ordem executiva também declara, conforme exigido por lei, que a Venezuela apresenta “uma ameaça incomum e extraordinária à segurança nacional” dos Estados Unidos. Não há nenhum fundamento factual para qualquer uma dessas declarações.

Introdução

O presidente Trump emitiu a ordem executiva 13.808 em 25 de agosto de 2017, impondo amplas sanções econômicas à Venezuela. As sanções foram descritas por muitos observadores como um instrumento de pressão sobre o governo.¹ À época, a pressão foi descrita como necessária para encorajar o governo da Venezuela a respeitar os direitos humanos.² No entanto, as ameaças de ação militar do próprio presidente Trump indicavam que o objetivo real do governo era a mudança de regime.³

Logo ficou claro que as sanções impostas por essa ordem executiva — bem como outras medidas tomadas pela administração Trump — teriam a maior parte de seu impacto não no governo, mas sim na população em geral da Venezuela. As sanções reduziram a ingestão calórica da população, aumentaram as doenças e a mortalidade (para adultos e crianças) e deslocaram milhões de venezuelanos que fugiram do país como resultado do agravamento da depressão econômica e da hiperinflação. As sanções exacerbaram a crise econômica da Venezuela e tornaram quase impossível estabilizar a economia, contribuindo ainda mais para o excesso de mortes. Todos esses impactos prejudicaram desproporcionalmente os venezuelanos mais pobres e vulneráveis.

Sanções ainda mais severas e destrutivas foram instituídas pela ordem executiva 13.857 de 28 de janeiro de 2019, pelas ordens executivas subsequentes no mesmo ano, e o reconhecimento de um governo paralelo, que como mostrado abaixo, criou um novo conjunto de sanções financeiras e comerciais que são ainda mais restritivas do que as próprias ordens executivas. Declarações da administração indicaram que o objetivo das sanções era provocar uma rebelião militar para derrubar o governo.⁴

Este artigo examina essas sanções econômicas e seu impacto na economia e na população venezuelanas, incluindo os mais vulneráveis. Concluímos que as sanções infligiram e continuam a infligir danos muito sérios à vida e à saúde humanas, incluindo uma estimativa de mais de 40.000 mortes entre 2017 e 2018, e que essas sanções se encaixariam na definição de punição coletiva da população civil, conforme descrito nas convenções internacionais de Genebra e Haia, das quais os EUA são signatários. Elas também são ilegais sob as leis e tratados internacionais que os EUA assinaram e também parecem violar a legislação dos EUA.

1 Veja, e.g. Krauss (2017).

2 Associated Press (2017).

3 The New York Times (2017).

4 Cohen, Spetalnick e Rampton (2019).

As sanções de agosto de 2017

Em agosto de 2017, quando a administração Trump emitiu sua ordem executiva impondo amplas sanções financeiras à Venezuela, a economia já estava em recessão há mais de três anos. Embora não haja dados oficiais do governo para esses indicadores desde 2015, as melhores estimativas disponíveis foram de que o PIB real caiu 24,3% de 2014 a 2016, e que a inflação ao consumidor, entre janeiro e agosto de 2017, ficou entre 758% e 1.350% a uma taxa anual.⁵

As sanções de agosto de 2017 proibiram o governo venezuelano de contrair empréstimos nos mercados financeiros dos EUA. Isso teve vários impactos imediatos. Primeiro, impediu o governo de reestruturar sua dívida externa, porque qualquer reestruturação da dívida requer a emissão de novos títulos em troca da dívida existente. Embora as sanções de agosto de 2017 afetem tecnicamente apenas o sistema financeiro dos EUA, na prática elas são efetivas fora do sistema financeiro dos EUA, porque 1) a reestruturação é negociada com grupos de detentores de bônus, que invariavelmente incluem detentores de títulos dos EUA; 2) instituições financeiras fora do sistema financeiro dos EUA tinham boas razões para temer que haveriam mais sanções que as afetassem, e isso de fato aconteceu dentro de um ano e meio (veja abaixo).

Antes das sanções de agosto de 2017, a dívida que deveria ser reestruturada era a dívida da estatal petrolífera PDVSA. A dívida soberana (do governo) não pode ser reestruturada depois que a oposição conquistou a maioria da Assembleia Nacional em 2015. Isso porque a liderança da oposição da Assembleia Nacional declarou que não aprovaria nenhum novo endividamento externo do governo. Sem essa aprovação, novos títulos do governo de uma reestruturação seriam de questionável legalidade sob a lei venezuelana, e a oposição prometeu não pagá-los caso chegassem ao poder. Com base nisso, uma reestruturação da dívida do governo era impossível à época.⁶

Não obstante, a dívida da PDVSA naquele momento totalizava cerca de US\$ 30 bilhões, dos quais US\$ 7,1 bilhões em ativo principal e juros devidos nos próximos dois anos; grande parte desse serviço da dívida poderia ter sido postergada com a reestruturação da dívida da PDVSA que estava sendo negociada antes das sanções de agosto de 2017. Essas sanções também proibiram a CITGO, a afiliada da PDVSA que tem cerca de 5.500 postos de gasolina nos EUA, de repatriar lucros para a Venezuela. De 2015 a 2017, a CITGO forneceu aproximadamente US\$ 2,5 bilhões em dividendos para a PDVSA.⁷

5 Os limites superior e inferior são a inflação média anual para 2017, medida pela Assembleia Nacional (superior) e pelo CENDA (inferior). Torino Economics (2019).

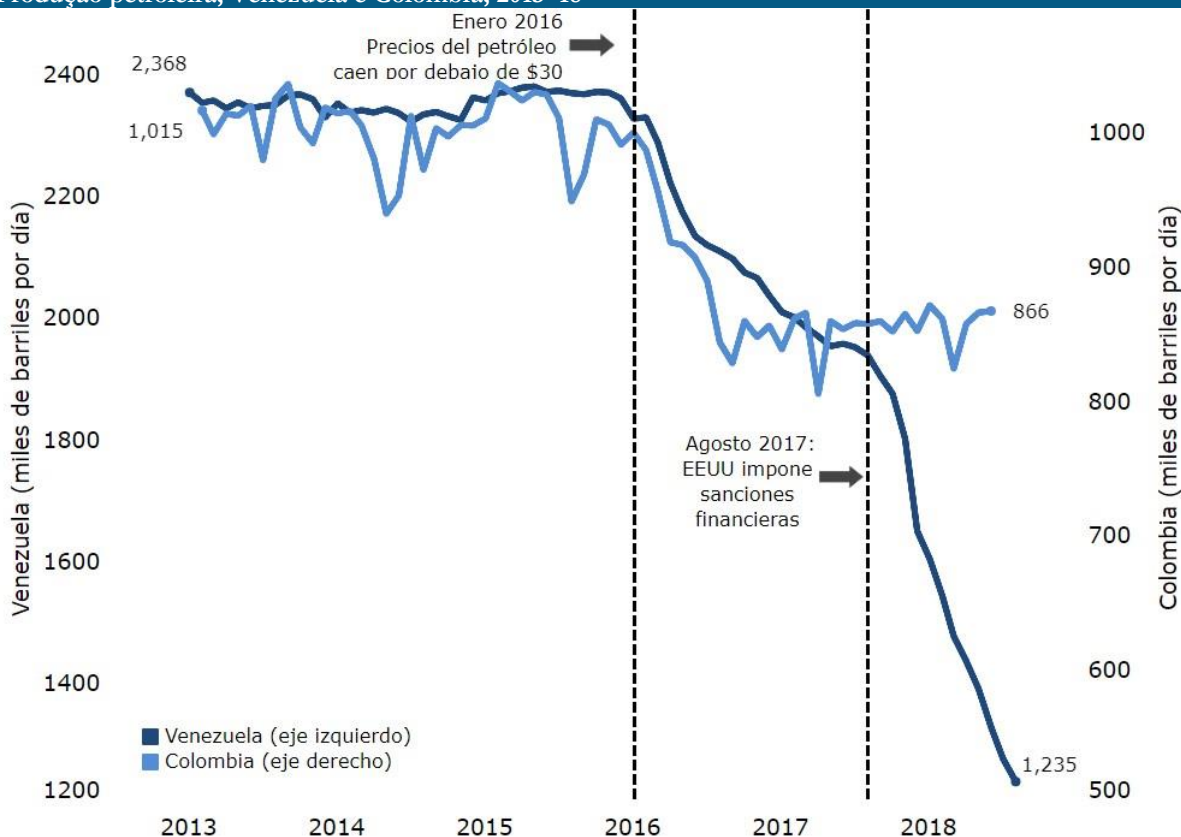
6 DiChristopher e Frost (2017); China e Ulmer (2016).

7 Parraga e Ngai (2017).

Ainda mais custoso para a economia e a população, as sanções de agosto de 2017 impactaram negativamente a produção de petróleo na Venezuela. A **Figura 1** mostra a produção de petróleo na Venezuela e na Colômbia, em milhares de barris por dia, de 2013 a 2018. A produção de ambos os países diminuiu aproximadamente na mesma taxa desde o início de 2016, após uma queda acentuada nos preços do petróleo. Mas, após a ordem executiva de agosto de 2017, a produção de petróleo colapsou, caindo a mais de três vezes a taxa dos vinte meses anteriores. Isso seria esperado da perda de crédito e, portanto, da capacidade de cobrir a manutenção e as operações e de realizar novos investimentos necessários para manter os níveis de produção. Essa aceleração na taxa de declínio da produção de petróleo implicaria uma perda de US\$ 6 bilhões na receita do petróleo no ano seguinte.

FIGURA 1

Produção petrolífera, Venezuela e Colômbia, 2013–18



Fontes e nota: OPEP (2019), Fontes secundárias - OPEP; US Energy Information Administration (2018). Adaptado de Rodríguez (2018).

Isso por si só é uma enorme perda de divisas em relação à necessidade de importações essenciais do país. As importações de alimentos e remédios em 2018 foram de apenas US\$ 2,6 bilhões. As importações totais de bens em 2018 foram de cerca de US\$ 10 bilhões.

A produção anual de petróleo caiu 30,1% em 2018, em comparação com 11,5% em 2017.⁸ A diferença nessa taxa de declínio implica uma perda de aproximadamente US\$ 8,4 bilhões em divisas que são cada vez mais necessárias para importações essenciais como remédios e alimentos.

É importante enfatizar que quase toda a moeda estrangeira necessária para importar medicamentos, alimentos, equipamentos médicos, peças sobressalentes e equipamentos necessários para a geração de eletricidade, sistemas de água ou transporte é recebida pela economia venezuelana através da receita do governo proveniente da exportação de petróleo. Assim, quaisquer sanções que reduzam as receitas de exportação e, portanto, as receitas do governo, reduzem as importações desses bens essenciais e, em muitos casos, de produtos que salvam vidas.

A perda de tantos bilhões de dólares em divisas e receitas do governo foi muito provavelmente o principal choque que empurrou a economia de sua inflação alta, quando as sanções de agosto de 2017 foram implementadas, para a hiperinflação que se seguiu. É comum na história das hiperinflações que essas sejam desencadeadas por um grande choque externo nas receitas do governo e no balanço de pagamentos, como aconteceu com a Venezuela após a implementação dessas sanções.

Em 20 de setembro de 2017, menos de um mês depois das sanções de 25 de agosto, a Rede de Combate a Crimes Financeiros do Departamento do Tesouro dos EUA emitiu uma nota de “Assessoria às Instituições Financeiras sobre Corrupção Política na Venezuela”.⁹ A nota declarava que “todas as agências e órgãos do governo venezuelano, incluindo estatais, parecem vulneráveis à corrupção pública e à lavagem de dinheiro”, e lembrou às instituições financeiras dos EUA suas obrigações regulatórias de “tomar medidas razoáveis, baseadas em risco, para identificar e limitar qualquer exposição que possam ter a fundos e outros ativos associado à corrupção pública venezuelana”.¹⁰

Francisco Rodríguez, economista-chefe da Torino Capital, argumenta que a advertência do Tesouro americano pode ter sido ainda mais importante do que a ordem executiva de agosto, uma vez que resultou no fechamento de contas venezuelanas em instituições financeiras, perda de acesso a crédito e outras restrições financeiras que tiveram graves impactos negativos na produção de petróleo, assim como na economia.¹¹

8 Torino Economics (2019).

9 Financial Crimes Enforcement Network (2017).

10 Ibid

11 Rodríguez (2018).

O exemplo acima ilustra como sérios danos econômicos — com os custos humanos resultantes — podem ser infligidos sem atrair a atenção do público ou da mídia. Por essa razão, o dano descrito aqui pelas sanções da administração Trump em 2017 provavelmente subestima significativamente o dano real causado.

Sanções em 2019

Este certamente foi o caso da série de ordens executivas que começou em 28 de janeiro, que foram seguidas pelo reconhecimento do governo Trump e aliados de Juan Guaidó como "presidente interino" da Venezuela. Aqui devemos incluir não apenas as sanções que foram explicitamente impostas por essas ordens executivas, mas também as sanções implícitas e ativadas pelo reconhecimento de um governo paralelo; e sanções adicionais resultantes de declarações, ameaças ou ações adicionais do Executivo dos Estados Unidos.

Se olharmos para o impacto combinado de todas essas ações, descobriremos que elas reduziram drasticamente a capacidade da Venezuela de produzir e vender petróleo e de vender quaisquer ativos estrangeiros do governo, dos quais os mais importantes foram congelados e/ou confiscados; e também usar qualquer moeda estrangeira que o país ainda possa auferir para comprar importações essenciais. Por estas razões, uma projeção de referência do PIB real da Venezuela mostra um surpreendente e sem precedente declínio de 37,4% em 2019, contra 16,7% em 2018.¹² As importações de bens deverão cair 39,4%, de US\$ 10 bilhões para US\$ 6,1 bilhões.¹³ Espera-se que mais de 1,9 milhão de pessoas deixem o país,¹⁴ e os impactos na vida e saúde humanas (descritos abaixo) devem ser ainda mais severos do que os que ocorreram no ano passado.

O impacto mais imediato das sanções de janeiro foi cortar a Venezuela de seu maior mercado de petróleo, os Estados Unidos, que haviam comprado 35,6% das exportações de petróleo da Venezuela em 2018,¹⁵ ou cerca de 586 mil barris por dia, em média.¹⁶ Na semana de 15 de março, as importações de petróleo venezuelano caíram para zero pela primeira vez, e assim permaneceram por mais duas semanas antes de haver uma recuperação por uma semana, para 139.000 barris por dia, depois 71.000 barris por dia.¹⁷

12 Torino Economics (2019).

13 Ibid

14 ONU (2019)

15 Ibid.

16 US Energy Information Administration (2019a).

17 US Energy Information Administration (2019b).

A administração Trump também interveio para pressionar outros países, incluindo a Índia, a não comprar o petróleo que havia sido importado pelos EUA. Em 28 de março, a Reuters relatou:

Os Estados Unidos instruíram casas de comércio de petróleo e refinarias em todo o mundo a cortar ainda mais as negociações com a Venezuela ou enfrentar sanções, mesmo se as negociações não forem proibidas pelas sanções publicadas pelos EUA, afirmaram três fontes familiares com o tema...

O Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros do Tesouro dos EUA (OFAC) anunciou no início de fevereiro a proibição do uso de seu sistema financeiro em negociações de petróleo com a Venezuela após abril.

Mas nesta semana, o Departamento de Estado dos EUA convocou empresas estrangeiras para dizer que o escopo das sanções é mais amplo.

As fontes disseram que o Departamento de Estado deixou claro que qualquer tipo de comércio de petróleo, seja direto, indireto ou de troca, seria considerado uma violação.¹⁸

É importante notar que essas ameaças são eficazes porque o governo dos EUA pode sancionar instituições financeiras estrangeiras que desobedecerem suas instruções. Assim, em fevereiro, mesmo a Gazprom, que é de propriedade majoritária do governo russo, congelou as contas da PDVSA e cortou transações com a empresa, sob ameaça de sanções do governo Trump.¹⁹ A Reuters também observou que "Washington está particularmente interessado em acabar com as entregas de gasolina e produtos refinados usados para diluir o petróleo bruto pesado da Venezuela para torná-lo adequado para exportação".²⁰ Isso poderia impactar outros 300.000 barris por dia de produção de petróleo venezuelano.²¹

Como resultado desses esforços, o petróleo que a Venezuela produzia acumulou-se, enchendo as instalações de armazenamento e depois, os navios-tanque. A resultante falta de mercados e de espaço disponível para armazenar petróleo parece ser a principal causa de uma queda acentuada na produção de petróleo em fevereiro.²² Como pode ser visto na **Figura 2**, a produção de petróleo da Venezuela diminuiu em 130.000 barris por dia de janeiro a fevereiro. Nos seis meses anteriores, estava diminuindo em uma média de 20.500 barris por dia. Então, em março, caíram outros 289.000 barris por dia, para um total de 431.000 barris por dia.

18 Paine e Zhdannikov (2019).

19 Voronova (2019).

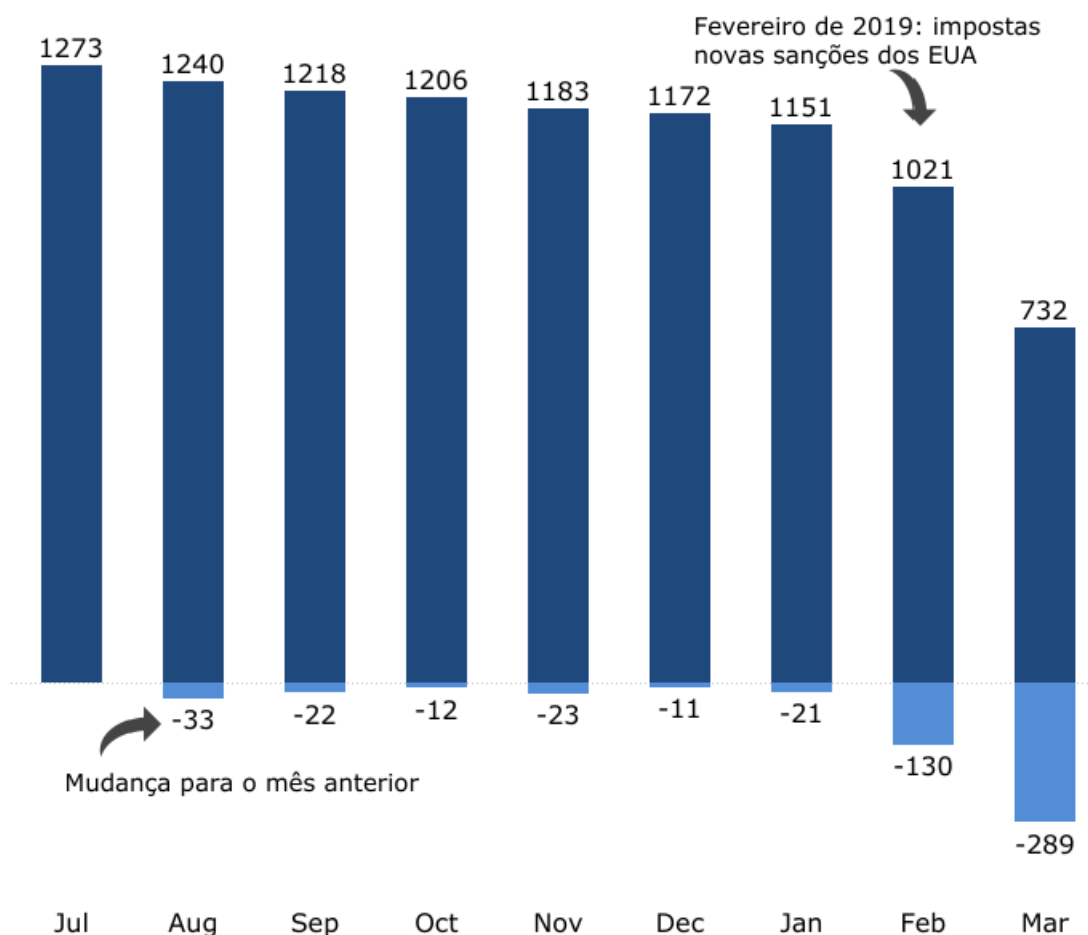
20 Paine e Zhdannikov (2019).

21 Ibid.

22 Kassai e Zerpa (2019).

FIGURA 2

A produção de petróleo da Venezuela caiu 289.000 barris por dia em março, o segundo mês impacto pelas novas sanções dos Estados Unidos



Fonte: OPEP (2019), Fontes secundárias - OPEP

Essa queda, se mantida pelo próximo ano, cortaria outros US\$ 6,8 bilhões da receita venezuelana de divisas disponíveis.²³ Isso representa cerca de 21% das receitas de exportação de 2018. No entanto, Rodríguez projeta que as receitas de exportação de petróleo em 2019 caiam a um nível catastrófico e sem precedentes de 67,2% em relação a 2018, como resultado do impacto do endurecimento das sanções.²⁴

As sanções de janeiro incluíam a PDVSA na lista do Escritório de Controle de Ativos Estrangeiros do Departamento do Tesouro dos EUA (OFAC) de Nacionais Especialmente Designados (SDN) e Pessoas Bloqueadas.²⁵ Isso congelou os ativos americanos da PDVSA e proibiu os americanos de fazer negócios com ela. Com o reconhecimento de Juan Guaidó como presidente interino, o governo dos

23 Perda estimada com base no preço da cesta de petróleo da Venezuela em 19 de março de 2019 (US\$ 57,75). OPEP (2019).

24 Isso inclui as alterações nos preços previstos, ou seja, a receita de exportação prevista. Torino Economics (2019).

25 US Department of the Treasury (2019).

EUA bloqueou o acesso da Venezuela à CITGO, tirando, assim, estimados US\$ 5,2 bilhões em ativos líquidos do governo da Venezuela.²⁶ A maior parte dos US\$ 9 bilhões em reservas externas do governo está na forma de ouro; as sanções tornam muito difícil vender esse ouro.

Em 10 de abril, a Bloomberg informou que o FMI havia suspenso o acesso do governo venezuelano a cerca de US\$ 400 milhões em Direitos Especiais de Saque (SDRs), outra fonte de liquidez, “citando o caos político desde que o presidente da Assembleia Nacional, Juan Guaidó, afirmou em janeiro que ele era o legítimo líder da nação”.²⁷

Outros ativos externos venezuelanos foram confiscados por governos intimamente aliados aos EUA, incluindo US\$ 1,2 bilhão em ouro que foi detido no Banco da Inglaterra,²⁸ e uma empresa de fertilizantes na Colômbia, a Monómeros, avaliada em US\$ 269 milhões.²⁹ O governo também tem cerca de US\$ 6,5 bilhões em créditos comerciais, a partir de acordos de cooperação energética, que podem ser negociados em cerca de US\$ 3,4 bilhões, a fim de obter dinheiro para importações essenciais.³⁰ No entanto, essas vendas de ativos também são praticamente impossíveis devido às sanções dos EUA. Em alguns casos, pagamentos consideráveis de países que participaram do programa Petrocaribe da Venezuela e tentaram pagar, aparentemente foram bloqueados — por exemplo, um recente pagamento de US\$ 115 milhões da Jamaica.³¹

Do outro lado da equação — a compra de importações — a administração Trump deu um duro golpe à saúde pública e à segurança da população ao incapacitar os meios de pagamento da Venezuela para as importações que pode comprar com o fluxo de caixa que resta. É claro, isso reduz diretamente o acesso da população a importações essenciais, como medicamentos e alimentos. A administração Trump é capaz de fazer isso por vários meios que proíbem ou reduzem o acesso do setor público e privado ao sistema internacional de pagamentos.

Instituições financeiras, públicas e privadas, usam um sistema de bancos correspondentes localizados em outros países para pagar por transações internacionais. As sanções dos EUA tiraram o Federal Reserve e todas as instituições financeiras dos EUA das opções da Venezuela para fazer pagamentos internacionais. O risco de entrar em conflito com as sanções dos EUA tinha, desde pelo menos 2017, levado cada vez mais bancos correspondentes a descontinuar esses serviços bancários.

Por exemplo, em novembro de 2017, mais de um ano antes das sanções mais severas (implementadas desde janeiro de 2019), a Venezuela estava usando um pequeno banco em Porto Rico como

26 Torino Economics (2019).

27 Arrijoja e Bartenstein (2019).

28 Laya, Bronner e Ross (2019).

29 Torino Economics (2019).

30 Ibid.

31 Craham (2019).

intermediário para processar pagamentos de alimentos e remédios. A Reuters informou que a instituição, Italtbank, interrompeu esses serviços e fechou uma conta no banco central da Venezuela por causa de "preocupações com risco de reputação".³² Mas depois das sanções de janeiro e do reconhecimento de Guaidó como "presidente interino", — o que o fez, segundo o governo Trump e outros governos que reconheceram o governo paralelo, o proprietário legal de quaisquer fundos transferidos ou bens comprados pelo governo venezuelano —, o acesso da Venezuela a bancos correspondentes para transações internacionais foi praticamente eliminado. Isso incluiu o acesso a créditos necessários para importações de remédios, alimentos e outros bens essenciais.

A Venezuela também sofreu uma grave crise de eletricidade em março. Uma estimativa de linha de base de Rodríguez prevê que a Venezuela perderá um total de 6,4% do PIB em 2019 devido a essa crise; isso pressupõe apagões mensais de cerca de 35% do que aconteceu em março. As causas dos apagões não são totalmente conhecidas, embora haja evidências de que um incêndio nas proximidades das linhas que transmitem energia da hidrelétrica de Guri, que fornece 75% da eletricidade da Venezuela, tenha contribuído para a perda inicial de energia.³³ No entanto, não há dúvida de que as sanções econômicas contribuíram substancialmente para a duração e o dano econômico das quedas de energia.

Por exemplo, as sanções limitaram o acesso da Venezuela ao diesel, que é necessário para seus geradores térmicos de reserva. Além disso, o setor elétrico da Venezuela conta com equipamentos providos por fornecedores internacionais, como a General Electric. As sanções impediram o governo venezuelano de pagar essas empresas, aumentando assim a dependência na geração de energia hidrelétrica.³⁴

O impacto das sanções na saúde e vida humanas

Um dos resultados das sanções, conforme descrito acima, é privar a economia venezuelana de muitos bilhões de dólares em divisas externas necessárias para o pagamento de importações essenciais e que salvam vidas. As sanções implementadas em 2019, incluindo o reconhecimento de um governo paralelo, aceleraram essa privação e também cortaram a Venezuela da maior parte do sistema de pagamentos internacionais, acabando com grande parte do acesso do país a essas importações essenciais, incluindo remédios e alimentos — mesmo aqueles que poderiam ser normalmente

32 Pons (2017).

33 Associated Press (2019).

34 Rodríguez e Rodríguez (2019).

comprados com os dólares disponíveis. Não há dúvida de que todas essas sanções, desde agosto de 2017, tiveram graves impactos na vida e na saúde humanas.

Embora seja impossível especificar outros cenários — o que teria acontecido se não houvesse sanções — podemos primeiro analisar parte da deterioração dos indicadores de saúde (incluindo cuidados, infraestrutura e capacidades relacionadas à saúde) entre 2017 e 2018.

Segundo a Pesquisa Nacional sobre Condições de Vida (ENCOVI, na sigla em espanhol), uma pesquisa anual sobre as condições de vida conduzida por três universidades venezuelanas, houve um aumento de 31% na mortalidade geral de 2017 a 2018.³⁵ Isso implicaria um aumento de mais de 40.000 mortes.³⁶ Isso seria uma grande perda de vida civil, mesmo em um conflito armado, e é praticamente certo que as sanções econômicas dos EUA contribuíram substancialmente para essas mortes. É difícil estimar a porcentagem de mortes devido às sanções, uma vez que outros cenários são desconhecidos, mas vale a pena notar que o cenário contrário, na ausência de sanções, poderia até ser um em que a mortalidade teria sido reduzida (veja abaixo), caso houvesse ocorrido uma recuperação econômica.

Uma vez que se trata de estatísticas anuais, não levariam em conta o impacto das sanções nos últimos quatro meses de 2017. Como observado acima, o impacto das sanções de agosto de 2017 sobre o colapso da produção petrolífera e, portanto, o acesso às importações, foi bastante imediato, então seria de se esperar que parte do aumento da mortalidade aparecesse em 2017.

Em 2018, a Federação Farmacêutica da Venezuela informou que a escassez de medicamentos essenciais era de 85%.³⁷ De acordo com um estudo de setembro de 2018 da CodeVida e Provea, mais de 300.000 pessoas estão em risco devido à falta de acesso à medicamentos ou tratamento. Isso inclui cerca de 80.000 pessoas com HIV que não receberam tratamento anti-retroviral desde 2017, 16.000 pessoas que precisam de diálise, 16.000 pessoas com câncer e 4 milhões com diabetes e hipertensão (muitas das quais não podem obter insulina ou medicamentos cardiovasculares).³⁸

Esses números, por si só, praticamente garantem que as sanções atuais, que são muito mais severas do que as implementadas no ano anterior, sejam uma sentença de morte para dezenas de milhares de venezuelanos que não podem deixar o país para conseguir remédios em outro lugar. Isso é especialmente verdadeiro se a queda projetada de 67% na receita petrolífera se materializar em 2019.

35 A pesquisa ENCOVI 2018 não foi feita pública; a estatística de mortalidade citada aqui é do Relatório da ONU. ONU (2019).

36 Baseado na taxa de mortalidade de 5.609 por 1.000 pessoas e uma população de 30.491 milhões em 2017 e 29.187 milhões em 2018. Banco Mundial (2016) e FMI (2019).

37 ONU (2019).

38 Coalición de Organizaciones por el Derecho a la Salud y a la Vida (CodeVida) e Programa Venezolano de Educación Acción en Derechos Humanos (Provea) (2018).

Mas o colapso econômico acelerado que as atuais sanções encetaram tem muito mais impactos sobre a saúde e mortes prematuras. Segundo a Federação Médica Venezuelana, cerca de 22 mil médicos — em torno de um terço do total — deixaram o país.³⁹ À medida que a migração se acelera em 2019, devido ao acirramento das sanções, mais profissionais de saúde, assim como outros com habilidades técnicas necessárias, deixarão a Venezuela.

Segundo o Relatório da ONU de março de 2019, “Venezuela: Visão Geral das Necessidades Humanitárias Prioritárias”, pesquisas da ENCOVI apontam que, devido à desnutrição, cerca de 22% das crianças menores de cinco anos são raquíticas.⁴⁰ As importações de alimentos caíram acentuadamente, juntamente com as importações totais; em 2018, elas foram estimadas em apenas US\$ 2,46 bilhões, em comparação com US\$ 11,2 bilhões em 2013.⁴¹ E é esperado que caiam ainda mais em 2019, juntamente com as importações em geral.

O crescente colapso das receitas de exportação e, portanto, as importações também criaram enormes problemas de saúde pública nas áreas de água e saneamento. O mais recente relatório da ONU observa que “a falta de acesso à água, sabão, cloro e outras medidas de higiene inibe a lavagem das mãos e o tratamento doméstico da água” e que “as residências não conectadas à rede de água estão usando água superficial e poços inadequadamente tratados e inseguros”.⁴² A CodeVida averiguou que, em 2018, “79% das unidades de saúde sofreram de escassez no abastecimento de água”,⁴³ enquanto a ENCOVI informa que 61% das escolas “estão em comunidades sem acesso diário à água potável”.⁴⁴

A crise na eletricidade também afetou hospitais e serviços de saúde. Não se sabe quantas pessoas morreram como resultado de falhas de energia em hospitais, mas durante os apagões de março houve relatos da imprensa de fatalidades devido à perda de eletricidade.⁴⁵ Como mencionado acima, as sanções contribuíram substancialmente para a duração e o impacto dos apagões.

O relatório da ONU considera que os grupos mais vulneráveis à crise acelerada inclui crianças e adolescentes (incluindo muitos que não podem mais frequentar a escola); pessoas em situação de pobreza ou extrema pobreza; mulheres grávidas e lactantes; idosos; povos indígenas; pessoas com necessidade de proteção; mulheres e adolescentes em risco; pessoas com deficiências; e pessoas que se identificam como lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros ou intersexuais.

39 ONU (2019).

40 Os dados subjacentes do ENCOVI não estão disponíveis publicamente. ONU (2019).

41 Dados da Torino Economics (2019).

42 ONU (2019).

43 CodeVida e Provea (2018).

44 ONU (2019).

45 Gutierrez e Ramos (2019).

A ilegalidade e a intencionalidade das sanções econômicas unilaterais

As sanções unilaterais impostas pela administração Trump são ilegais nos termos da Carta da Organização dos Estados Americanos (OEA). Há muitas disposições na Carta que proíbem essas sanções, mas entre as mais claras e não ambíguas estão os artigos 19 e 20 do Capítulo IV:

Artigo 19

Nenhum Estado ou grupo de Estados tem o direito de intervir, direta ou indiretamente, seja qual for o motivo, nos assuntos internos ou externos de qualquer outro. Este princípio exclui não somente a força armada, mas também qualquer outra forma de interferência ou de tendência atentatória à personalidade do Estado e dos elementos políticos, econômicos e culturais que o constituem.

Artigo 20

Nenhum Estado poderá aplicar ou estimular medidas coercivas de caráter econômico e político, para forçar a vontade soberana de outro Estado e obter deste vantagens de qualquer natureza.⁴⁶

As sanções da administração Trump violam claramente ambos os artigos da Carta da OEA. Com relação ao artigo 19, a administração dos EUA está interferindo diretamente nos assuntos internos da Venezuela. Isso é especialmente verdadeiro à luz das declarações e ações de funcionários do governo, indicando que seu objetivo é derrubar o governo venezuelano. Ao discutir a política dos EUA para a Venezuela, incluindo ameaças militares, o vice-presidente Mike Pence disse repetidamente que “Maduro deve sair”.⁴⁷ Em 8 de fevereiro, a Reuters informou que os Estados Unidos “mantinham comunicações diretas com militares da Venezuela pedindo que abandonassem o presidente Nicolás Maduro e também está preparando novas sanções destinadas a aumentar a pressão sobre ele”, citou um alto funcionário da Casa Branca.⁴⁸

Talvez ainda mais impressionante tenha sido esse intercâmbio entre o repórter da Associated Press, Matthew Lee, e o secretário de Estado dos EUA, Mike Pompeo, em 11 de março de 2019:

MATTHEW LEE: Você está satisfeito com o ritmo do impulso por trás de Guaidó e sua liderança? ...

46 Organização dos Estados Americanos (OEA) (1993).

47 Veja, por exemplo, Pence (2019).

48 Cohen, Spetalnick e Rampton (2019).

MIKE POMPEO: Bem, nós desejamos que as coisas possam ir mais rápido, mas estou muito confiante de que a maré está se movendo na direção do povo venezuelano e continuará a fazê-lo. Não é preciso muito para você ver o que realmente está acontecendo. O círculo está se fechando, a crise humanitária está aumentando a cada hora. Eu conversei com a nossa pessoa mais experiente lá na Venezuela ontem à noite, às 7:00 ou 8:00 da noite passada. Você pode ver a crescente dor e sofrimento que o povo venezuelano está passando.⁴⁹

Embora o governo Trump tenha sustentado consistentemente que a crise humanitária na Venezuela é apenas o resultado das políticas econômicas do governo, essa troca conta uma história diferente. “O círculo está se fechando, a crise humanitária está aumentando a cada hora. ... Você pode ver a dor e o sofrimento crescentes” — isso parece se referir ao impacto das sanções, e não a algo que ocorreu ao longo dos anos de fracasso econômico. Além disso, implica que a dor e o sofrimento infligidos à população civil podem não ser danos colaterais, mas que sim fazem parte da estratégia para derrubar o governo.

Com relação ao artigo 20, que proíbe “medidas coercitivas de caráter econômico ou político” para obter “vantagens de qualquer tipo”, existem relatórios indicando essa intenção tanto do presidente Trump quanto do Conselheiro de Segurança Nacional, John Bolton. Em um livro recente de Andrew McCabe, ex-diretor do FBI, Trump é citado dizendo: “Esse é o país com o qual deveríamos entrar em guerra. Eles têm todo esse petróleo e estão bem na nossa porta dos fundos.”⁵⁰

Em janeiro, Bolton afirmou que “estamos conversando com grandes empresas americanas agora... Faria uma grande diferença para os Estados Unidos, economicamente, se pudéssemos ter empresas petrolíferas americanas realmente investindo e produzindo as capacidades petroleiras na Venezuela.”⁵¹

Diversos estudiosos do direito argumentam que sanções econômicas desse tipo violam o direito internacional, inclusive a Carta da ONU e a legislação internacional de direitos humanos.⁵² Parece óbvio que sanções que causam fome e doenças generalizadas e aumento da mortalidade violariam a legislação de direitos humanos.⁵³

É importante notar que tanto a Convenção de Haia quanto a Convenção de Genebra, da qual os EUA são signatários, proíbem a punição coletiva de civis. Embora esses tratados se apliquem apenas em

49 Pompeo (2019); The Real News Network (2019).

50 McCabe (2019).

51 Hennigan (2019).

52 Veja, por exemplo., Happold e Eden, eds. (2016) e Shagabudinova e Berejikian (2007).

53 Gabinete do Alto Comissário para os Direitos Humanos (Direitos Humanos da ONU) (2018b).

tempos de guerra, especialistas em direitos humanos da ONU argumentam que não faz sentido que os civis só tenham essa proteção durante situações de conflito armado.⁵⁴

As sanções também violam a legislação dos EUA. Cada ordem executiva desde março de 2015 declara que os Estados Unidos estão sofrendo de uma “emergência nacional” devido à situação na Venezuela. Isto é exigido pela lei dos EUA, a fim de impor tais sanções, e a emergência nacional é invocada sob a Lei de Emergências Nacionais de 1976. Esta é a mesma lei que o presidente Trump invocou em fevereiro de 2019 ao declarar uma emergência nacional para contornar a apropriação do Congresso por fundos para construir um muro ao longo da fronteira com o México. Vários estados e organizações de interesse público processaram a administração Trump por essa manobra em relação ao muro na fronteira.

Certamente, é bastante claro que a Venezuela não criou nenhuma emergência nacional para os Estados Unidos. A ordem executiva também declara, conforme exigido por lei, que a Venezuela representa “uma ameaça incomum e extraordinária à segurança nacional” dos Estados Unidos. Isso também não tem base factual. Não está claro o que pode ser feito para se fazer cumprir a lei com relação a essas falsas declarações — os tribunais norte-americanos têm sido muito reticentes em impor leis de formas conflitantes com as decisões de política externa do presidente, mesmo quando parecem violar a constituição.⁵⁵

Depressão, hiperinflação e sanções: bloqueando a recuperação econômica

Como observado anteriormente, a economia venezuelana já estava em uma recessão profunda há três anos quando as sanções de agosto de 2017 foram impostas, com inflação entre 758% e 1.350% a uma taxa anual. Os defensores das sanções argumentam que a economia teria continuado a entrar em colapso mesmo sem as sanções que privaram a economia de muitos bilhões de dólares em divisas externas. (Embora certamente não tenha entrado em colapso na mesma proporção.) Embora muitos cenários sejam possíveis, vale a pena analisar o que poderia ter sido feito para se livrar da hiperinflação e estabilizar a economia e como as sanções afetam essas opções — inclusive de agora em diante.

A definição clássica de hiperinflação na literatura econômica é de 50% ao mês, ou cerca de 13.000% ao ano.⁵⁶ Houve sete episódios de hiperinflação na América Latina desde a Segunda Guerra Mundial.⁵⁷

54 Veja, por exemplo, Gabinete do Alto Comissário para os Direitos Humanos (Direitos Humanos da ONU) (2018b).

55 Veja, por exemplo., Franck (1992); Bradley e Morrison (2012).

56 Cagan (1956).

57 Hanke e Krus (2013).

Em todos esses casos, o governo acabou adotando um programa para se livrar da hiperinflação. A duração mediana da hiperinflação foi de cerca de 4 meses.

Numa situação de hiperinflação, as pessoas perdem cada vez mais a confiança na moeda nacional e não querem segurá-la. Portanto, em algum momento, a hiperinflação se torna uma profecia auto-realizável. No entanto, a dinâmica que é criada pode tornar possível a eliminação da hiperinflação de forma mais fácil e mais rapidamente do que domar uma inflação muito menor, mas ainda alta. Isso acontece quando, como resultado da hiperinflação, as pessoas deixam de olhar para os preços em moeda nacional e, em vez disso, olham para a taxa de câmbio para saber os preços. Nesse ponto, a estabilização da taxa de câmbio pode estabilizar rapidamente os preços internos. Por exemplo, na hiperinflação boliviana de 1985, a hiperinflação foi controlada em 10 dias.⁵⁸ Esta Estabilização Baseada na Taxa de Câmbio (ERBS, na sigla em inglês) foi feita através da criação de um novo sistema de taxa de câmbio com conversibilidade total e uma flutuação gerenciada da moeda. Depois disso, a fim de mudar as expectativas e manter a estabilidade de preços, o governo também teve que empreender sérias reformas fiscais e monetárias.

Poderia a Venezuela ter adotado tal programa na ausência de sanções econômicas dos EUA? É certamente possível. A Venezuela não precisaria necessariamente de ajuda externa para ter reservas suficientes para criar um novo sistema de taxas de câmbio.⁵⁹ Também não havia necessidade de mais austeridade para estabilizar a balança de pagamentos; em 2016, as importações já haviam caído mais de 80% em relação ao nível de 2012.⁶⁰

Na medida em que o governo precisou fazer empréstimos — ou fornecer garantia para uma reestruturação da dívida — a Venezuela deveria ter sido capaz de securitizar alguns dos seus 300 bilhões de barris de petróleo ainda no solo. Com acesso desimpedido ao sistema financeiro internacional, haveria algum preço — mesmo que fosse apenas uma pequena fração dos preços atuais — em que o retorno potencial equilibraria o risco de não pagamento e atrairia investidores. Esses contratos são menos difíceis de organizar do que no passado, já que a capacidade dos investidores de julgar esses ativos aumentou substancialmente nos últimos anos.⁶¹ E para um governo que quer evitar um colapso econômico, valeria a pena vender alguma fração de seu petróleo ainda no solo a um preço muito baixo, especialmente porque essas reservas são mais do que poderiam esperar exportar em um

58 Veja Sachs (1987).

59 Sua economia chegou há muito ao ponto em que a liquidez interna é tão baixa que seriam necessários menos de US\$ 2 bilhões para igualar todo o dinheiro em circulação na taxa de câmbio do mercado negro.

60 Torino Economics (2019).

61 UNCTAD (2018).

século. Assim, na ausência de sanções, espera-se que um governo com essas vastas reservas de petróleo (além de outros minerais) tenha a capacidade de evitar esse tipo de crise econômica.⁶²

Mais uma vez, nunca poderemos saber quais teriam sido os outros cenários. Mas o que podemos saber é que as sanções tornaram esse programa de estabilização praticamente impossível. Mais imediatamente, elas impediram uma reestruturação da dívida que seria necessária para resolver a crise do balanço de pagamentos da Venezuela. As sanções também impediram o governo de buscar um programa de ERBS, porque uma indexação ao dólar exigiria acesso ao sistema financeiro baseado no dólar, algo que as sanções eliminaram o máximo possível. Toda a idéia de restaurar a confiança na moeda doméstica, ao mesmo tempo em que estabiliza a taxa de câmbio, parece impossível quando uma potência estrangeira está cortando a maior parte da receita em dólar, congelando e confiscando ativos externos e, como a administração Trump fez por quase dois anos, comprometendo-se a fazer muito mais dessas coisas — sem mencionar a ameaça de uma ação militar.

Assim, um dos impactos mais importantes das sanções, em termos de seus efeitos sobre a vida e a saúde humanas, é trancar a Venezuela em uma espiral econômica descendente. Por esta razão, é importante notar que quando olhamos, por exemplo, as mais de 40.000 mortes excedentes que ocorreram apenas de 2017 a 2018, a possibilidade outros cenários na ausência de sanções não é apenas zero excesso de mortes, mas na verdade redução da mortalidade e outras melhorias nos indicadores de saúde. Isso porque uma recuperação econômica já poderia ter começado na ausência de sanções econômicas.

E, inversamente, o número de mortes daqui a um ano, se as sanções continuarem, certamente será muito maior do que qualquer coisa que tenhamos visto anteriormente, dada a taxa altamente acelerada de declínio da produção de petróleo e, portanto, a disponibilidade de importações essenciais, bem como o declínio acelerado da renda por pessoa.

⁶² De acordo com fontes de duas importantes instituições financeiras dos Estados Unidos, em 2016, os swaps de ouro que forneceriam empréstimos a serem garantidos pelas reservas de ouro da Venezuela foram rejeitados sob pressão do Departamento do Tesouro dos EUA.

Referências

- Arriola, Jose Enrique e Ben Bartenstein. 2019. “Maduro Is Cut Off From \$400 Million in Cash Held at the IMF.” Bloomberg, 10 de abril. <https://www.bloomberg.com/news/articles/2019-04-10/imf-freezes-venezuela-funds-as-members-debate-who-s-president>
- Associated Press. 2017. “US: Venezuela Sanctions Aim at Behavior, Not Regime Change.” Associated Press, 7 de setembro. <https://www.voanews.com/a/us-says-venezuela-sanctions-aim-at-behavior-not-regime-change-/4020220.html>
- Associated Press. 2019. “Engineer: Satellite Suggests Fire Caused Venezuela Outage.” Associated Press, 15 de março. <https://www.apnews.com/084df76c2f6f46568f44c850c503a30c>
- Banco Mundial. 2016. “Death rate, crude (per 1,000 people).” <https://data.worldbank.org/indicator/SP.DYN.CDRT.IN?locations=VE&view=chart>
- Bradley, Curtis A. e Trevor W. Morrison. 2012. “Historical Gloss and the Separation of Powers.” *Harvard Law Review*, 126(2):412–485. <https://heinonline.org/HOL/LandingPage?handle=hein.journals/hlr126&div=16&id=&page=>
- Cagan, Phillip. 1956. "The Monetary Dynamics of Hyperinflation," in *Studies in the Quantity Theory of Money*, ed. Milton Friedman. Chicago: Univ. Chicago Press, p.25.
- Coalición de Organizaciones por el Derecho a la Salud y a la Vida (CodeVida) e Programa Venezolano de Educación Acción en Derechos Humanos (Provea). 2018. “Informe sobre la situación del Derecho a la Salud de la población venezolana en el marco de una Emergencia Humanitaria Compleja.” CodeVida and Provea, 13 de setembro. <http://www.codevida.org/codevida/wp-content/uploads/Informe-Derecho-a-la-Salud-en-la-EHC-Venezuela-Codevida-Provea-septiembre-2018.pdf>
- Cohen, Luc, Matt Spetalnick e Roberta Rampton. 2019. “US in Direct Contact with Venezuelan Military, Urging Defections — Source.” Reuters, 8 de fevereiro. <https://www.reuters.com/article/us-venezuela-politics-military-exclusive/exclusive-us-in-direct-contact-with-venezuelan-military-urging-defections-source-idUSKCN1PX22L>
- China, Eyanir e Alexandra Ulmer. 2016. “Venezuela's Maduro Signs 2017 Budget, Bypassed Congress Cries Foul.” Reuters, 14 de outubro. <https://www.reuters.com/article/us-venezuela-politics-budget-idUSKBN12E2G6>
- Craham, Neville. 2019. “Sanctions On Venezuela Preventing PetroCaribe Debt Payments — Clarke.” Jamaica Gleaner, 4 de março. <http://jamaica-gleaner.com/article/news/20190304/sanctions-venezuela-preventing-petrocaribe-debt-payments-clarke>
- DiChristopher, Tom e Wilfred Frost. 2017. “Venezuela’s Political Opposition Finds a New Weapon against Its Leftist Dictator.” CNBC, 30 de maio.

<https://www.cnn.com/2017/05/30/venezuelan-opposition-threatens-not-to-repay-bonds.html>

- Financial Crimes Enforcement Network. 2017. "Advisory to Financial Institutions on Widespread Political Corruption in Venezuela." Financial Crimes Enforcement Network, US Treasury, 20 de setembro. <https://www.fincen.gov/resources/advisories/fincen-advisory-fin-2017-a006>
- Franck, Thomas M. 1992. *Political Questions/judicial Answers: Does the Rule of Law Apply to Foreign Affairs?* Princeton: Princeton University Press.
- Fundo Monetário Internacional (FMI). 2019. "World Economic Outlook Database." abril. <https://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2019/01/weodata/index.aspx>
- Gabinete do Alto Comissário para os Direitos Humanos (Direitos Humanos da ONU). 2018a. "Civilians Caught in Sanctions Crossfire Need Geneva Convention Protection, Says UN Expert." 8 de novembro. <https://www.ohchr.org/EN/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=23847&LangID=E>
- _____. 2018b. "Unilateral Sanctions Hurting Civilians Must Be Dropped, Says UN Expert." 17 de outubro. <https://www.ohchr.org/en/NewsEvents/Pages/DisplayNews.aspx?NewsID=23731&LangID=E>
- Gutierrez, Gabe e Annie Rose Ramos. 2019. "Venezuela's hospitals see rising death toll from blackouts." NBC News, 1 de abril. <https://www.nbcnews.com/news/latino/venezuela-s-hospitals-see-rising-death-toll-lack-power-blackouts-n989776>
- Hanke, Steve H. e Nicholas Krus. 2013. "World Hyperinflations," in *The Handbook of Major Events in Economic History*, eds. Randall Parker and Robert Whaples. New York: Routledge Publishing. <https://ssrn.com/abstract=2130109>
- Happold, Matthew e Paul Eden, eds. 2016. *Economic Sanctions and International Law*. Oxford: Hart Publishing.
- Hennigan, W.J. 2019. "Inside John Bolton's Month-Long P.R. Campaign Against Venezuela's Government." Time, 30 de janeiro. <http://time.com/5516920/inside-john-boltons-month-long-p-r-campaign-against-venezuelas-government/>
- Kassai, Lucia e Fabiola Zerpa. 2019. "Half-Billion Dollars of Sanction-Stained Oil Sits Off Venezuela." Bloomberg, 25 de fevereiro. <https://www.bloomberg.com/news/articles/2019-02-25/half-billion-dollars-of-sanction-stained-oil-sits-off-venezuela>
- Krauss, Clifford. 2017. "White House Raises Pressure on Venezuela With New Financial Sanctions." New York Times, 25 de agosto. <https://www.nytimes.com/2017/08/25/world/americas/venezuela-sanctions-maduro-trump.html>

- Laya, Patricia, Ethan Bronner e Tim Ross. 2019. “Maduro Stymied in Bid to Pull \$1.2 Billion of Gold From U.K.” Bloomberg, 25 de janeiro. <https://www.bloomberg.com/news/articles/2019-01-25/u-k-said-to-deny-maduro-s-bid-to-pull-1-2-billion-of-gold>
- McCabe, Andrew G. 2019. *The Threat: How the FBI Protects America in the Age of Terror and Trump*. New York: St. Martin's Press
- Nações Unidas (ONU). 2019. “Venezuela: Overview of Priority Humanitarian Needs.” março.
- Organização dos Estados Americanos (OEA). 1993. “Charter of the Organization of American States (A-41).” http://www.oas.org/dil/port/tratados_A-41_Carta_da_Organiza%C3%A7%C3%A3o_dos_Estados_Americanos.htm
- Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). 2019. “Monthly Oil Market Report.” 10 de abril. https://opec.org/opec_web/en/publications/338.htm
- Paine, Julia e Dmitry Zhdannikov. 2019. “US Orders Foreign Firms to Further Cut Down on Oil Trades with Venezuela.” Reuters, 28 de março. <https://www.reuters.com/article/us-usa-venezuela-sanctions-exclusive/exclusive-us-orders-foreign-firms-to-further-cut-down-on-oil-trades-with-venezuela-idUSKCN1R92ET>
- Parraga, Marianna e Catherine Ngai. 2017. “Venezuela State Oil Firm's Credit Woes Spread to U.S. Unit Citgo.” Reuters, 14 de setembro. <https://www.reuters.com/article/us-oil-citgo-pete-credit-exclusive/exclusive-venezuela-state-oil-firms-credit-woes-spread-to-u-s-unit-citgo-idUSKCN1BP2P2>
- Pence, Mike. 2019. “Remarks by Vice President Pence to Rice University’s Baker Institute.” White House: 5 de abril. <https://www.whitehouse.gov/briefings-statements/remarks-vice-president-pence-rice-universitys-baker-institute/>
- Pompeo, Michael R. 2019. “Remarks to the Press.” 11 de março. <https://www.state.gov/secretary/remarks/2019/03/290269.htm>
- Pons, Corina. 2017. “Small Puerto Rican Bank Halts Venezuela Correspondent Services — Source.” Reuters, 22 de novembro. <https://www.reuters.com/article/us-venezuela-debt-bank-exclusive/exclusive-small-puerto-rican-bank-halts-venezuela-correspondent-services-source-idUSKBN1DM2QV>
- Rodríguez, Francisco. 2018. “Crude Realities: Understanding Venezuela’s Economic Collapse.” Venezuela Politics and Human Rights, Washington Office on Latin America (WOLA). 20 de setembro. <https://venezuelablog.org/crude-realities-understanding-venezuelas-economic-collapse/>

- Rodríguez, Francisco e Jorge Alejandro Rodríguez. 2019. “Venezuela’s Powerless Revolution.” *New York Times*, 26 de março. <https://www.nytimes.com/2019/03/26/opinion/venezuela-maduro-blackout.html>
- Sachs, Jeffrey. 1987. “The Bolivian Hyperinflation and Stabilization.” *The American Economic Review*, 77(2), Papers and Proceedings of the Ninety-Ninth Annual Meeting of the American Economic Association (maio, 1987):279–283.
https://www.jstor.org/stable/1805464?seq=1#page_scan_tab_contents
- The New York Times. 2017. “Trump Alarms Venezuela With Talk of a ‘Military Option.’” *The New York Times*, 12 de agosto. <https://www.nytimes.com/2017/08/12/world/americas/trump-venezuela-military.html>
- The Real News Network. 2019 “Pompeo: Sanctions Increase ‘Pain and Suffering’ in Venezuela (Pt 2/2).” 10 de abril. <https://therealnews.com/stories/pompeo-sanctions-increase-pain-and-suffering-in-venezuela-pt-2-2>
- Torino Economics. 2019. “Venezuela Red Book.” 4 de abril.
- US Department of the Treasury. 2019. “Issuance of a New Venezuela-related Executive Order and General Licenses; Venezuela-related Designation.” U.S. Department of the Treasury: 28 de janeiro.
<https://www.treasury.gov/resource-center/sanctions/OFAC-Enforcement/Pages/20190128.aspx>
- US Energy Information Administration. 2018. “International Energy Statistics,” US Department of Energy.
- _____. 2019a. “US Imports from Venezuela of Crude Oil and Petroleum Products.” US Department of Energy, 29 de Março.
<https://www.eia.gov/dnav/pet/hist/LeafHandler.ashx?n=PET&s=MTTIMUSVE2&f=M>
- _____. 2019b. “Weekly US Imports from Venezuela of Crude Oil.” US Department of Energy, 10 de abril.
https://www.eia.gov/dnav/pet/hist/LeafHandler.ashx?n=PET&s=W_EPC0_IM0_NUS-NVE_MBBLD&f=W
- Voronova, Tatiana. 2019. “Russia's Gazprombank Freezes Accounts of Venezuela's PDVSA: Source.” *Reuters*, 17 .
<https://www.reuters.com/article/us-venezuela-politics-gazprombank/russias-gazprombank-freezes-accounts-of-venezuelas-pdvsa-source-idUSKCN1Q60BK>